

# A Constituinte ameaça Educação?

Foi sem dúvida uma das mais polêmicas intervenções nesta SBPC, sobre um dos temas mais sensíveis para a comunidade acadêmica: o ensino e a Constituinte. José Giannotti, professor de filosofia da USP, muito à vontade, semeou vento e colheu tempestade: vaias e aplausos, numa intervenção que não poupou sequer seus pares de mesa, posicionando-se por uma política mais realista, que fuja do dualismo Ensino Público Ensino Privado, no contexto de uma redemocratização "encruada".

"Houve ganhos na transição democrática", disse o professor, que compareceu ao seminário na condição de membro do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. "Mas é inegável — dissesse — que a transição foi um erro de análise política a ênfase dada ao processo constituinte, sem a revogação da Lei de Segurança Nacional e a mudança no processo eleitoral. O resultado, segundo Giannotti, é a Constituinte que aí está, "lobista e corporativista", que poderá escrever uma Carta "que vá nos dar saudade do estatuto militar".

"Como está a Constituinte, quanto menos ela falar em Educação melhor", disse Giannotti, já que isto dará liberdade para que "os novos movimentos possam" mudar mais este quadro do que este Congresso dominado pela caneta do Presidente". Para ele, o público não se confunde necessariamente com o Estado. O público, a seu ver, é uma questão de gestão.

A culpa da privatização do ensino não é apenas do regime autoritário, afirma o professor, que vê nesta posição uma lógica estritamente formal e dualista. A culpa é do tipo de capitalismo



José Giannotti

instalado no País, que tem como regra a transferência de recursos públicos para cofres privados. O combate, segundo seu entendimento, deve ser por uma maior transparência da utilização destes recursos, correndo o sistema pela base.

Criticando as posições defendidas pelos seus colegas de mesa, Giannotti afirmou — e foi vaiado — que "não é possível recuperar a bandeira republicana do movimento pré-64", que a seu ver "não tem mais possibilidade de ter força política". Recusando a oposição entre Estado e Sociedade Civil, propôs a formação na sociedade de instâncias intermediárias.

"Por que continuar com lógicas duais", desafiou Giannotti, que apontou para um terceiro termo na discussão entre Escola Pública e Privada. "Não tem sentido — disse — a PUC receber 70 por cento de suas verbas do Finep e Dom Eugênio Salles promover expurgos na filosofia ao sentir cheiro de esquerdismo". A solução, a seu ver, será estas verbas estarem condicionadas a um sistema de avalia-

ção pública que garanta a qualidade e o pluralismo.

A estratégia deve ser para ganhar o espaço público, "Não retomando bandeiras gloriosas que não dizem mais nada no atual estado do moderno capitalismo. Não adiante criticarmos a drenagem de recursos públicos para mãos privadas se esta é a lógica do capitalismo moderno. Precisamos — disse o professor — de bandeiras que nos levem à vitória", sendo seguido de aplausos e vaias.

A democratização do ensino depende do restabelecimento da escola pública de 1º e 2º graus, para conseguirmos pelo menos chegar à situação dos anos 60. Uma recuperação que exige pressa, mas que deve demorar pelos menos 10 anos. "Não podemos sacrificar metade de uma geração", disse, para afirmar logo depois a necessidade de democratizar o acesso das camadas mais pobres da população, sem que isto signifique a perda dos critérios acadêmicos.

Isto significaria mais negros nas escolas, mais mestiços, e a formação de uma elite realmente comprometida com "este Brasil pobre e miserável". Outra medida para garantir este acesso, indicada por Giannotti, seria a criação de colégios pré-universitários, mantidos e administrados pela própria universidade, onde estivesse garantido o acesso destas camadas da população.

"E preciso — alertou o professor — que façamos uma análise política mais concreta, sem nos deixarmos fascinar pelos nossos princípios e pelas nossas palavras. "Há muita coisa por fazer dentro da universidade. Se a reforma encruou, temos que retomar o processo, partindo da própria sala de aula".

## Ensino religioso sofre críticas

"Não basta dizer que as verbas públicas só podem ser destinadas para o ensino público", afirmou o professor da Universidade Federal Fluminense, Luis Antônio Rodrigues, coordenador do seminário sobre Ensino e Constituinte. "É preciso dizer que o ensino público é o constituído pelas instituições estatais".

O alvo de toda esta polêmica levantada pelo professor é o artigo 381 do atual anteprojeto da nova Carta, que mesmo dispondo sobre a destinação das verbas públicas, abre em seu texto espaço para que instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas recebam estas verbas. Na sua opinião, é necessário corajoso neste momento para afrontar o ensino privado religioso, o que não significa, contudo, o monopólio do ensino pelo Estado.



Luis Antônio Rodrigues

O que deve ser garantido na lei, segundo o professor, é que somente as instituições públicas e estatais recebam recursos públicos. "Recursos que fazem

falta ao ensino público são drenados para instituições confessionais, especializadas no serviço de censura, contra as quais luta a universidade".

Lamentando a ausência do reitor da Universidade Católica de São Paulo, Luis Eduardo Wanderley, Luis Antônio defendeu o controle destas instituições privadas que recebem verbas públicas, pelo conjunto da sociedade, através da mediação dos partidos e do Estado. Acusando os defensores do privatismo de cometer uma falácia ao afirmarem que, apesar da gestão privada, prestam serviços públicos, Luis Antônio atacou: "É preciso afrontar sem medo das consequências, sem medo das palavras, esta posição. São escolas controladas por arcebispos e cardeais que não são eleitos pelo povo".